



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E OS DESAFIOS
FRENTE À GESTÃO EDUCACIONAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Joseandra Sanderson da Cruz

**Tio Hugo, RS, Brasil
2011**

O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E OS DESAFIOS FRENTE À GESTÃO EDUCACIONAL

por

Joseandra Sanderson da Cruz

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância,
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. João Luis Pereira Ourique

**Tio Hugo, RS, Brasil
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E OS DESAFIOS FRENTE À
GESTÃO EDUCACIONAL**

Elaborada por
Joseandra Sanderson da Cruz

Como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr. João Luis Pereira Ourique – UFPEL
(Presidente/Orientador)

Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim – UFSM

Ms. Maiane Liana Hatschbach Ourique– UFSM

Suplente: Ms. Leila Adriana Baptaglin – UFSM

Tio Hugo, 15 de janeiro de 2011.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância,
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E OS DESAFIOS FRENTE À GESTÃO EDUCACIONAL

AUTORA: JOSEANDRA SANDERSON DA CRUZ

ORIENTADOR: JOÃO LUIS PEREIRA OURIQUE

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 15 de janeiro de 2011.

O presente trabalho de conclusão de curso é fruto de pesquisa teórica e do trabalho desenvolvido com gestores e escolas do Município de Mormaço. Resgata-se neste trabalho aspectos “Programa Bolsa-Família e os desafios frente à gestão educacional”. Esta pesquisa realizada com professor, aluno e pais com o principal objetivo de analisar se o aluno realmente vai à escola para estudar ou para atingir uma das contrapartidas (condicionalidades) do Programa Bolsa Família (PBF), regra imposta para o recebimento do benefício. Além disso, discute aspectos sobre a política educacional, a questão da autoridade na escola a relação entre professor e educando. A seleção dos beneficiários, realizada através de formulário, consta a informação sobre o beneficiário, sendo que o mesmo tem a responsabilidade da condicionalidade (frequência escolar, saúde) e participação em programas sociais. Para a realização do estudo realizamos uma revisão bibliográfica, análise da legislação pertinente à documentação oficial, além de entrevista semi-estruturada com Gestor Municipal de Mormaço.

Palavra-chave: Gestão Educacional, Programa Bolsa Família, Frequência Escolar.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E OS DESAFIOS FRENTE À GESTÃO EDUCACIONAL

AUTHORA: JOSEANDRA SANDERSON DA CRUZ
ADVISER: JOÃO LUIS PEREIRA OURIQUE
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 15 de janeiro de 2011.

This conclusion of course work, is the result of theoretical research, and working with managers and schools in the city of Mormaço. Rescue work in this aspect "Bolsa Família and the challenges facing the educational administration. " This survey of teachers, pupils and parents with the main objective of analyzing whether the student actually goes to school to study or to reach one of the counterparts (conditionalities) from the Bolsa Família Program (PBF), the rule imposed to receive the benefit. Also discusses aspects of educational policy, the question of authority in school the relationship between teacher and student. The selection of beneficiaries, conducted by a questionnaire containing the information about the recipient, and it has the responsibility of compliance (attendance, health) and participation in social programs. To conduct the study performed a literature review, review of legislation pertaining to official documentation, and semi-structured interviews with City Manager Mormaço.

Keyword: Educational Management, Family Grant Program, School Attendance.

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a Deus e àqueles que, de alguma forma, colaboraram para a minha formação.

O BICHO

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.



Figura 1 – Menino comendo migalhas no chão
Fonte: AUTOR Desconhecido (2009).

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar meu existir no mundo.

A mim por ser perseverante e transformar meus sonhos em realidade.

Agradeço a meus pais pelo incentivo durante esta jornada.

Aos meus familiares pela colaboração; agradeço às pessoas que foram entrevistadas e responderam às minhas perguntas com detalhes, fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

Aos meus colegas e professores do Curso de Especialização em Gestão Educacional, com quem dividi as expectativas e ansiedades resultantes da formação acadêmica.

Em especial ao meu orientador, Prof. Dr. João Luis Ourique, incansável nas leituras e nas colocações, exigindo melhorias e indicando bibliografias para um melhor trabalho. Agradeço a dedicação, em especial, à banca examinadora.

Enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização de mais uma etapa de minha vida, o meu carinhoso agradecimento.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADÚNICO Cadastro Único

CEF Caixa Econômica Federal

MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MEC Ministério da Educação e Cultura

NIS Número de Identificação Social

ONG Organização Não-Governamental

PBF Programa Bolsa-Família

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|-------------------------|-----------|
| Gráfico I | 28 |
| Gráfico II..... | 37 |
| Gráfico III..... | 38 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1-INTRODUÇÃO | 12 |
| 2- A POLÍTICA EDUCACIONAL | 14 |
| 2.1- A Política da Educação | 14 |
| 2.2- Escola e a autoridade | 17 |
| 3- PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA..... | 21 |
| 3.1- Programa de Transferência de Renda..... | 21 |
| 3.2- As dimensões da Gestão Educacional..... | 24 |
| 4- AS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E O DESAFIO DO GESTOR EDUCACIONAL | 27 |
| 4.1- O Programa Bolsa Família e os desafios frente à Gestão Educacional no Município de Mormaço..... | 27 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 41 |
| ANEXOS | 47 |
| Anexo 01 - Procedimentos metodológicos | 48 |
| Anexo 02 – Carta de apresentação do questionário | 49 |
| Anexo 03 – Questionário para entrevista | 50 |

1- INTRODUÇÃO

O desafio para o gestor educacional é trabalhar com a família, no entanto o papel da escola é trabalhar a alfabetização e não simplesmente que os filhos vão à escola para atender a condicionalidade da frequência escolar. Mas sim para conhecimento e qualificação profissional para o competitivo mercado de trabalho. Não fazendo que se torne um círculo de geração para geração de beneficiários, mas que consigam sua emancipação de renda não precisando acessar a benefício social como o Programa Bolsa-Família.

Portanto, é neste momento que observa-se o desafio do Gestor Educacional frente à política educacional, através da participação do Programa Bolsa Família onde o aluno se sinta motivado e participe da escola para apreender. Pois o baixo grau de escolarização aliado a carência de cunho social resultam em vínculo de trabalho exclusivamente na informalidade. Observa-se o processo de escolarização “ocupa” posição de pouca relevância além de refletir a negligência dos pais, já que a negligência pode ser entendida como inaptidão dos pais ou responsáveis em assegurar atendimento nas áreas da saúde, educação, do desenvolvimento emocional, da nutrição, do abrigo e da segurança a criança e ao adolescente.

Os dados desta pesquisa foram coletados na perspectiva de dados primários, o instrumento utilizado foi um questionário para entrevista no Município de Mormaço e posterior análise de revisão de literatura sobre o Programa de Transferência de Renda Mínima, o Programa Bolsa Família e a Gestão Educacional.

O universo da pesquisa de campo compreendeu as escolas da Rede Municipal de Mormaço no total de cinco escolas, sendo uma localizada na zona urbana e quatro na zona rural, onde foi entrevistado gestor da escola e gestor Municipal da Secretária Municipal de Educação e Assistência Social responsável em gerir os demais programas.

O trabalho está organizado em três capítulos. Assim, no primeiro capítulo, a partir de revisão bibliográfica, apresenta-se uma discussão mais geral, sobre a

política educacional, onde ressaltamos alguns elementos: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A escola como base para o aprendizado e o conhecimento.

O segundo capítulo apresenta a historiografia do Programa Bolsa-Família e sua história como um programa de transferência de renda. A importância da educação e o desafio frente à política pública.

No terceiro capítulo, as condicionalidades (saúde, educação e assistência social) e as políticas educacionais complementares de transferência de renda do Programa Bolsa-Família no Município de Mormaço com 180 famílias beneficiárias.

2-A POLÍTICA EDUCACIONAL

No presente capítulo, buscamos traçar a Política educacional, bem como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que trata dos princípios da educação nacional e do planejamento que estabelece as normas e regras da rede escolar. Abordamos a importância da escola que ocupa papel relevante na sociedade, pois a mesma contribui para a inserção no mercado de trabalho que atualmente é muito competitiva, diminuindo a pobreza existente. A educação como direito social tem grande parcela de responsabilidade com relação à cidadania. Apresentamos o papel do professor que é habilitar o aluno ao conhecimento, educação esta que começa pela família com a contribuição do ensino na escola através do conhecimento.

2.1- A Política da Educação

A política educacional passa por um grande desafio, que é a “base de tudo”: começa pela família e perpassa pela educação. A política educacional é organizada em sistema educacional ensino pré-escolar fundamental, médio, técnico, profissional, educação de adulto e ensino superior, formação pedagógica, sendo de fundamental importância para a alfabetização da criança.

A lei que regulamenta as políticas educacionais é a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que trata dos princípios que regem a educação nacional e do planejamento educacional para o país, pois estabelece o rumo que deverá tomar a educação no país. No entanto a política e o planejamento educacional surgem da ação conjunta do texto da Constituição Federal e do contexto da LDB, que deve

regular a vida da rede escolar¹. Da mesma forma através LDB, pode-se afirmar ou não o instituto da cidadania.

A LDB deixa, porém espaços abertos que “podem se converter na abertura de nova perspectiva para a educação brasileira²”, ou que pode deixar a educação como está. Uma outra situação vai depender da forma como a educação será tratada pelo Estado e também das exigências e pressões da sociedade³.

O sistema educacional tem como missão formar o indivíduo para a cidadania, assegurar a transmissão do saber, da cultura, de geração para geração, e desenvolver as aptidões pessoais. No entanto principal objetivo da educação é proporcionar a qualificação. A educação é o principal meio de se combater a pobreza, fazendo com que a população acesse os serviços sociais básicos (saúde, educação, assistência social, habitação entre outros serviços básicos).

Segundo Libâneo⁴ :

[...] o pedagógico refere-se à finalidade da ação educativa, implicando objetivo sociopolítico a partir do qual se estabelecem forma organizativa e metodológica da ação educativa. Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesse social em conflito na sociedade.

Freire⁵, nos coloca que o docente como educador democrático deve “reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade” assim é que trabalhamos em busca da emancipação dos mesmos e acreditamos que seja mais fácil compreensão quando aplicada sob a literatura da cooperação.

[...] um educador capaz de orientar o ensino e a formação, tendo em vista a cidadania, imbuído de uma noção de que a excelência humana é superior a excelência puramente acadêmica, as vivências, as práticas e o

¹ IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza. São Paulo, Cortez, 2000.

² SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 34. Ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; vol. 5).

³ IDEM.

⁴ LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 1998.

⁵ FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

conhecimento precisam abordar questões relativas a conhecimentos globais, dos quais decorre a evolução do saber humano; refiro-me à história, à economia, à filosofia e à sociologia quanto possível tratada de modo transversal, não havendo a necessidade de serem disciplinas isoladas, mas, dentro de uma ótica moderna, de conteúdo transdisciplinar e interdisciplinar, o educador não precisaria saber física, química e demais ciências como se desenvolve na ótica do segundo grau, mas precisa ter conhecimento da evolução das ciências, dentro de uma disciplina com esse mesmo nome, tratada do mesmo modo que as anteriores⁶ [...].

Para Maturana⁷, a concepção educacional busca resgatar a vida como centro de todos os processos sistemáticos. O conhecimento passa a ser compreendido como organização e nas relações que vivência. O educar para o autor é recíproco e ocorre todo o tempo, quando um adulto ou uma criança convive com outra e ao conviver se transforma.

Portanto Demo⁸, nos faz entender que os profissionais da educação bem como a sociedade precisam lutar por direitos num plano político que venha garantir acessibilidade, fazendo com que os direitos que já estão promulgados na Constituição, em Estatutos, venham de fato a serem assegurados e respeitados, mas que, acima de tudo se universalizem. Esta luta é urgente e necessária, pois as necessidades da população também são imediatas.

De acordo com Libâneo⁹ :

[...] a educação, para além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade (...) as funções da educação somente podem ser explicadas partindo da análise objetiva das relações sociais vigentes, das formas econômicas, dos interesses em jogo. Com base nesse entendimento, a prática educativa é sempre a expressão de uma determinada forma de organização das relações sociais na sociedade.

Segundo Delors¹⁰, a tendência da crise do emprego é bastante conhecida, a transformação do processo de produção em face da maior competitividade nos mercados, agora globalizados, assim como a crise de setores industriais inteiros leva

⁶ WERNECK, Hamilton. A nota prende a sabedoria liberta. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

⁷ MATURANA, H. R. Uma abordagem da educação atual na perspectiva da biologia do conhecimento in: Emoções e linguagem na educação e na Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

⁸ DEMO, Pedro. Política social do conhecimento: sobre futuros do combate à pobreza. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

⁹ IDEM.

¹⁰ DELORS, Jacques. A educação para o século XXI questões e perspectivas. UNESCO. Porto Alegre/ RS: Artmed, 2005.

a um crescimento da demanda educacional dentro de população adulta. Fazendo com que a população, cada vez mais, se qualifique para entrar no mercado de trabalho. Quanto mais qualificado, melhor se inserem no mercado de trabalho e inseridas fazem com que diminua a pobreza existente.

Para Maturana¹¹, a concepção educacional busca resgatar a vida como centro de todo o processo sistemático. O conhecimento passa a ser compreendido como organização do vivo na relação que vai vivenciando. O educar para o autor é recíproco e ocorre todo o tempo, quando um adulto ou uma criança convive com outra e ao conviver se transforma.

No entanto para as escolas, educar para cidadania é também educar para um mundo melhor é fazer a educação informal se transforme em educação formal e não apenas a mão-de-obra para o mercado de trabalho, por isso a educação esta interligada, pois não podemos mudar as pessoas, mas podemos construir o espaço e os poucos tentar mudar a realidade em que estão inseridas essas famílias. A escola trabalha basicamente com conteúdos para a alfabetização, pois o ser humano necessita saber, ler, escrever e calcular necessidades básicas para sobreviver e se informar. Aprender é uma exigência para desenvolvimento da autonomia do educando para o aprendizado ao longo da vida.

2.2- Escola e a autoridade

Para Saviani¹², a implicação entre disciplina e autoridade¹³ são muitas e pela forma com que são tratadas na escola, podem indicar contribuições e ou limites para o desenvolvimento de cidadania. De forma geral, as questões de disciplina escolar dizem respeito ao relacionamento entre educador e educando-educando, sendo

¹¹ MATURANA, H. R. Uma abordagem da educação atual na perspectiva da biologia do conhecimento in: Emoções e linguagem na educação e na Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

¹² SAVIANI, Dermeval. Política e Educação no Brasil..., 1999.

¹³ Autoridade. Direito ou poder de mandar, de impor obediência. Influência; prestígio, ascendência. Pessoa que tem tal poder. Pessoa que domina um assunto. Permissão, autorização. Definição MINIDICIONARIO LUFT. Exercer a autoridade na sala de aula e na escola é tarefa do educador. O que não significa que o educador deva ficar planejando atividades para que o educando esteja agradado. No entanto tem que se tomar cuidado com a questão da autoridade, porque o educador se depara muitas vezes com comportamentos não desejáveis dos educandos.

considerada como indisciplina a desarmonia (desobediência) às regras consideradas necessárias à aprendizagem pelo discurso pedagógico dominante. Tendo em vista, as dificuldades que têm se apresentado ao educador em seu exercício diário de “dar aulas”.

Segundo Friedrich Engels¹⁴.

O termo família deriva de *famulus*, quer dizer escravo doméstico e foi uma expressão cunhada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com pátrio poder¹⁵ romano e o direito de vida e morte sobre todos eles.

Segundo Bonilla¹⁶, o professor percebe que vêm ocorrendo transformação também na forma de organização da família. No entanto vêem sua transformação como desestruturação como ruptura de laço e de valor e não como uma outra forma de se relacionar, outra forma de vivenciar valor. Nesse sentido, essa desestruturação não destrutiva e sim como desconstrução de um modelo específico de família e reconstrução de outra forma de constituir. O conceito de família está mais alargado, não é apenas pai, mãe e filhos que vivem na mesma casa.

[...] um educador capaz de orientar o ensino e a formação, tendo em vista a cidadania, imbuído de uma clara noção de que a excelência humana é superior a excelência puramente acadêmica, as vivências, as práticas e o conhecimento precisam abordar questões relativas a conhecimentos globais, dos quais decorre a evolução do saber humano; refiro-me à história, à economia, à filosofia e à sociologia quanto possível tratada de modo transversal, não havendo a necessidade de serem disciplinas isoladas, mas, dentro de uma ótica moderna, de conteúdo transdisciplinar e interdisciplinar, o educador não precisaria saber física, química e demais ciências como se desenvolve na ótica do segundo grau, mas precisa ter conhecimento da evolução das ciências, dentro de uma disciplina com esse mesmo nome, tratada do mesmo modo que as anteriores [...] ¹⁷.

¹⁴ ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro; Editorial Vitória Limitada, 1964.

¹⁵ A legislação brasileira, Código Civil de 2002, Lei nº.10.406/02 a expressão poder familiar iria substituir a expressão anterior pátrio poder.

¹⁶ BONILLA, Maria Helena Silveir. Escola aprendente : para além da sociedade da informação. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

¹⁷ WERNECK, Hamilton. A nota prende a sabedoria liberta. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

O papel do professor é o ensino (alfabetização e o conhecimento), um dos grandes desafios é o desrespeito dos alunos com o professor e para com os próprios colegas, a agressividade, a falta de concentração e interesse.

O professor precisa hoje adequar sua função, ensinar, educar o mundo globalizado¹⁸, até para transformar profundamente o modelo de globalização dominante, essencialmente perverso e excludente.

Nesse sentido, a concepção de formação educacional para Freire¹⁹, ultrapassa a dimensão meramente do treinamento mecânico conforme a compreensão dos positivistas. Isso se constata “formar é muito mais do que puramente treinar o educando no despenho das destrezas”. Educar implica fazer com que os sujeitos sejam construtores englobados e engajados no seu próprio processo formativo. Educar consiste em fazer opção política, não partidária, mas em prol dos oprimidos dos excluídos. O ato educativo constitui-se na relação pedagógica dialógica interativa entre sujeito vivo, dotado de sentimento, emoção desejo e não como negação dessa especificidade.

No novo contexto de impregnação da informação, ele precisa continuar sua formação ao longo de toda a vida e “saber ser, saber aprender, saber conviver, saber fazer” como diz a UNESCO²⁰. Mas precisa continuar, como sempre “saber por que” está “ensinando”, precisa “saber pensar”²¹, necessita associar ensino, pesquisa e envolvimento comunitário.

Acerca desta questão no âmbito escolar, Libâneo²² faz um alerta, para a educação continue sendo a referência basilar transformadora da sociedade em todos os segmentos, favorecendo o desenvolvimento do ser humano numa nova ordem social ainda incipiente, que tem sua mazela, mas que também pode produzir um regime político mais evoluído. Para tanto o autor, faz aposta no poder transformador da educação, pois é via mecanismo escolar que ele acredita que se possa reconstruir nova postura ético-valorativa fundamentais para a vida. Trata-se

¹⁸ Ver Ângela Antunes. A leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade. São Paulo, FE-USP, 2002 (Tese de Doutorado).

¹⁹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia...* (p. 14). 2004.

²⁰ DELORS, Jacques (org). Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional.

²¹ DEMO, Pedro. Saber pensar. São Paul, Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000.

²² LIBANEO, J. C. Adeus professor, adeus professora: novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2001.

de valor ético-moral tal como: justiça, solidariedade, honestidade entre outros. A escola, frente ao contexto em que se vive, desenvolve papel insubstituível. O referido autor se expressa, a respeito da questão, da seguinte forma:

No entanto exercer a autoridade na sala de aula e na escola é tarefa do educador, pois manter a autoridade não significa ter um procedimento autoritário é responsabilidade do educador.

Percebe-se que é importante e preciso evitar a confusão (e omissão) de papéis: os professores dizem que não são pai, mães, assistentes sociais e psicólogos dos alunos, no que estão repletos de razão. Não são e não devem tentar ser, pois isso provocaria uma enorme confusão, além de provavelmente aumentar os problemas, uma vez que não tiveram formação para tal. Todavia cabe compreender que o processo de aprendizagem, no seu autêntico sentido, tem uma dimensão psicológica (subjetividade, memória, consciência, cognição, cargas afetivas, etc.) que o professor precisa dominar.

Nesta análise, ficaram claras as referências sobre a Política Educacional. É nesse sentido que compomos este capítulo, visando a um melhor entendimento sobre o papel da educação como direito social, onde relata sobre o papel do professor que é habilitar o aluno através do conhecimento. É importante não responsabilizar somente o educador e a escola, mas principalmente a família educação se começa em casa. Um dos aspectos relevantes que são considerados é que a família coloca a responsabilidade na escola pela educação. Mas o papel da escola é trabalhar o conhecimento. Abordaremos o assunto mais detalhadamente no 2º Capítulo deste trabalho. Assim, no próximo capítulo apresentaremos o Programa de Transferência de Renda, que é o Programa Bolsa- Família.

3- PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

No presente capítulo, buscamos traçar o Programa Bolsa Família bem como sua historicidade. Neste capítulo, busca-se apresentar uma reflexão teórica sobre a pobreza, apontando diferentes conceitos que se complementam para dar maior clareza a sua compreensão. Aporta-se à origem das formas de enfrentamento às situações de pobreza de modo que se possa compreender melhor a lógica utilizada hoje nesse processo e que se baseia em uma trajetória que perpassa ideais assistencialistas e de proteção social, configurando-se, assim, num modelo contraditório, mas ao mesmo tempo necessário.

3.1- Programa de Transferência de Renda

O Programa Bolsa Família²³ foi criado pelo Governo Federal para dar apoio à família carente na garantia do direito à alimentação, à saúde e à educação. Consiste na transferência de renda mensal do Governo Federal às famílias cadastradas que se encontram dentro dos critérios de inclusão. Essas famílias assumem o compromisso de manter as crianças na escola e estar em dia com as vacinações e acompanhamento da saúde de seus membros (crianças, gestantes e nutrízes) como contrapartida para a manutenção do recebimento do benefício.

O Bolsa-Família é um Programa Federal destinado à pessoa pobre, é considerado um Programa de Transferência de Renda, que visa combater a pobreza existente em nosso país, assim se faz necessário Política Pública de enfrentamento das desigualdades sociais dentre eles a miséria. Para isso é necessário entender sobre a linha de pobreza.

²³ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). O Programa Bolsa Família – PBF. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acessado em: 16 jun. 2008.

A noção de linha de pobreza, Barros, Henriques e Mendonça partem da definição da pobreza é possível afirmar: A pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico²⁴.

Pobreza é fome é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade²⁵

A família passa a ser de extrema importância, pois a mesma, em especial apresenta em sua composição filhos em idade escolar²⁶. A exigência de contrapartida por parte do beneficiário também se mostra presente em diversos programas. Via de regra, a exigência feita diz respeito justamente à característica mencionada acima. Por se tratarem de famílias com filhos em idade escolar é exigida a inserção e/ou permanência desses no sistema de ensino.

O Bolsa-Família integra a Política de Renda Mínima do Governo Federal, sendo, programa assistencial destinado as famílias desamparadas²⁷.

Á fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local²⁸.

Os formulários de cadastramento dos beneficiários são enviados pelo Governo Federal, aos Municípios e os Estados são utilizados para possibilitar a inscrição e a seleção dos beneficiários que permitem a constante inclusão ou

²⁴ BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, dezembro de 2002.

²⁵ CRESPO, P. A., GUROVITZ, E. A pobreza como fenômeno multidimensional. RAE eletrônica, v. 2, v.13, p. 49. julho- dezembro, 2002.

²⁶ SPOSATI, Aldaíza. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, nº. 55, p. 9-38, nov. 1997.

²⁷ SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Renda mínima e reestruturação produtiva. São Paulo: Cortez, 1997.

²⁸ BRASIL, Norma Operacional Básica NOB/SUAS: Construindo as Bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2005.

substituição de famílias beneficiárias, a utilização dos recursos do programa em atualizar on-line a relação de beneficiários e construir seu perfil socioeconômico.

A seleção dos beneficiários do Programa Bolsa Família é a renda per capita ou seja, o salário à renda da família. Dentre as “causas da pobreza”, Soares²⁹ aponta, a partir das manifestações de vários organismos internacionais, como sendo:

A distribuição extremamente desigual dos efeitos não apenas da crise econômica, mas das políticas de ajuste ortodoxas, recaindo sempre sobre os setores mais desfavorecidos; as estruturas extremamente assimétricas de distribuição da renda; as debilidades da política social e os ataques permanentes de setores influentes à própria legitimidade do gasto social, entre outras.

Os primeiros beneficiários à inscrição e à seleção das famílias realizadas pelos gestores municipais, como base nos critérios estabelecidos pela Resolução 15/01 e realizado mediante visita domiciliar em primeiro momento com a implementação do Programa Bolsa-Família pelas Agentes de Saúde Comunitária. Atualmente é realizado na Secretaria Municipal de Assistência Social o cadastramento quando o mesmo já é beneficiário e se caso não for é cadastrado o cadastramento para futura reinserção para benefício ou não. O Governo do Estado destinou os recursos financeiros necessários ao cadastramento e seleção. Cabe destacar quais foram os critérios adotados para o cadastramento. Comprovação de endereço para permanente acompanhamento, confirmação de residência no município há mais de dois anos, já que todos os anos é realizado o cadastramento das atualizações dos beneficiários.

A Caixa Econômica Federal é o local onde o beneficiário do Programa Bolsa Família recebe seu benefício, onde é emitido o cartão com o número do NIS (Número de Identificação Social) do responsável pelo recebimento de pagamento em nome do titular do benefício que será a mulher ou o responsável pela família.

²⁹ SOARES, Laura Tavares. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo: Cortez, 2002.

3.2- As dimensões da Gestão Educacional

Um dos grandes objetivos do gestor educacional as práticas de liderança e administração, colocando em prática no cotidiano escolar, princípios contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Os gestores atuam como líderes possibilita que os docentes expressem, eles investigam os professores da escola, trabalho coletivo, aprendizagem e o currículo. Uma das habilidades do gestor é a inteligência verbal lingüística e lógica-matemática.

Para Dourado³⁰, a construção de um projeto político pedagógico de uma escola é o ponto de partida para o estabelecimento de sua proposta, pois “a sua construção implica aprendizado do jogo democrático entre vários interlocutores da escola (professores, conselho, funcionários dentre outros)”. Trata-se de uma luta política e, portanto deve envolver todos os segmentos na busca da ruptura com a cultura autoritária da escola”.

As dimensões da Gestão Escolar correspondem às ações desenvolvidas no âmbito da escola, pois suas ações envolvem a organização, planejamento, acompanhamento e avaliação. Nesse contexto, a gestão educacional corresponde ao macrossistema e existe em função da gestão escolar.

Para definir gestão educacional Albuquerque³¹, afirma que “refere-se a um amplo aspecto de iniciativas desenvolvidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, seja em termos de responsabilidades compartilhadas na oferta de ensino ou de outras ações que desenvolvem no âmbito específico de sua atuação”.

Uma das realidades diárias é que muitas crianças, sem condições para estudar, acabam saindo para trabalhar e ajudar no sustento familiar. Para isso, “tudo no seu devido tempo”, lugar de criança é na escola, pois o trabalho é a forma que o sujeito encontra para viver com dignidade; o trabalho faz parte da vida de cada pessoa, e pode se manifestar de várias formas, como no estudo (na formação profissional) e na procura de emprego.

O gestor educacional é responsável pelo funcionamento da escola como um todo e a representa, organiza e participa de reuniões com todos os segmentos e

³⁰ DOURADO, Luiz Fernández. A escolha dos dirigentes escolares: políticas de gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria C. Sao Paulo: Cortez, 1998.

³¹ ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In A. D. Cattani (Org.). A outra economia (pp. 20-26). Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

supervisiona, juntamente com assessor, a administração de verbas, encaminha documentos. Coordenação participa de promoção da escola entre outras atividades. Na maioria das vezes se impõe a questões burocráticas deixando de lado as questões pedagógicas, distanciando da escola deixando de trabalhar diretamente com a comunidade escolar sobre questões pedagógicas importantes para a educação de qualidade para que os alunos exerçam sua cidadania.

É dessa forma que a cidadania na educação continuará a ser mencionado nesse trabalho: buscando-se o desenvolvimento do aluno numa convivência respeitosa, livre, democrática, favorecedora da curiosidade em aprender, tanto sobre os acontecimentos históricos e científicos já desenvolvidos como a criação de novos conhecimentos. Como se refere Brandão³², não uma educação em que “a relação entre saber-competência-desempenho-poder é cada vez sobre o saber-produzir-possuir”, mas sim aproximados da relação “conhecer-conviver-ser”. Em termos mais amplos também, a consolidação de uma educação pública e gratuita para todos.

Freire³³ descarta uma postura ingênua sobre a educação:

Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante [...] a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queria, nem tampouco é a perpetuação de “status quo” porque o dominante o decreta³⁴.

Sendo assim, a vivência da tensão entre a educação como transformadora da sociedade ou condicionada por ela traz o equilíbrio nas relações pedagógicas.

Os educadores progressistas sabem que a educação não a alavanca da transformação da sociedade, mas sabem também o papel que ela tem nesse processo. A eficácia da educação está em seus limites. Se ela tudo pudesse ou se ela pudesse nada, não haveria por que falar de seus limites. Falamos deles precisamente porque, não podendo tudo, pode alguma coisa³⁵.

³² BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cidadania. Revista Educação Cidadã – SEC, Porto Alegre, n. 2, p. 63-74, 2002.

³³ FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. 3.Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

³⁴ IDEM.

³⁵ IDEM.

Derouet³⁶ insiste no fato de que as diferenças entre estabelecimentos escolares não são unicamente consequência da descentralização. Elas resultam da maneira como cada estabelecimento construiu, ao longo dos anos, uma cultura local fundada em múltiplos ajustes (mais ou menos explícitos e negociados), visando a tornar compatíveis e justificar lógicas contraditórias: garantir a igualdade de tratamento, lutar contra o fracasso escolar, transmitir valores sociais adequando-se a evolução sociocultural e econômica, manter a qualidade do ensino, aprovar e selecionar segundo parâmetros exigentes, levar em conta as necessidades dos alunos e respeitar o individualismo dos professores.

Nesta análise, ficaram claras as referências e os contrapontos é a que geraria dependência e desestimularia a busca por emprego através do Programa Bolsa-Família. As dimensões da Gestão Educacional englobam atividades de organização, planejamento, acompanhamento e avaliação. A qualificação da educação básica é a prioridade para a década, através da educação. Corresponde ao macrossistema e função da gestão escolar. A escola pode investir em desenvolver o aprendizado. É nesse sentido que compomos este capítulo, visando a um melhor entendimento sobre o Programa Bolsa Família e a Gestão Educacional. Abordaremos o assunto mais detalhadamente no 3º Capítulo deste trabalho, sobre a pesquisa realizada nas escolas municipal e estadual sobre o Programa Bolsa Família e os desafios frente à gestão educacional.

³⁶ DEROUET, J. L. Les établissements scolaires dans leur environnement: une entreprise composite, Coherence et. Dynamique des etablissements scolaires: etudes sociologiques, Actes du colloque de Tours, 25-26 avril 1989.

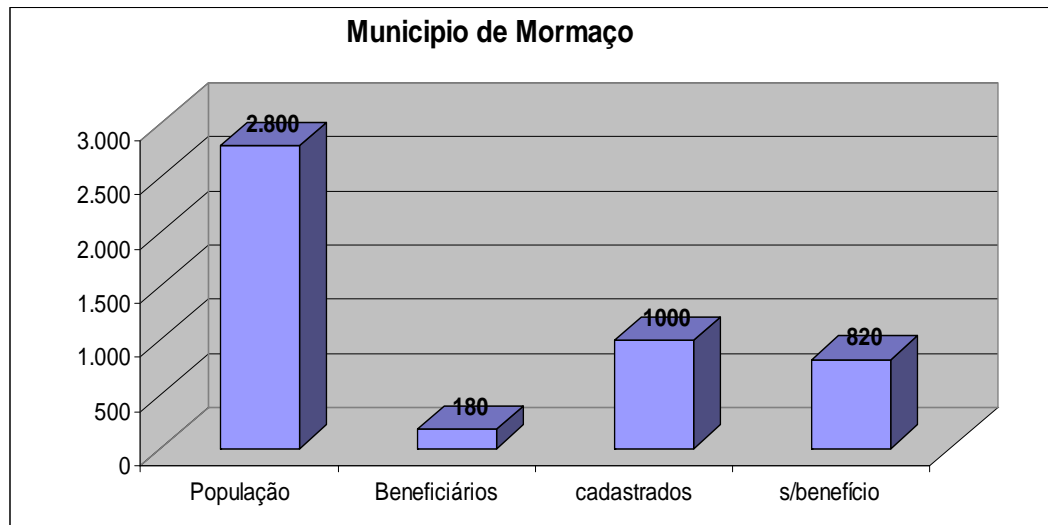
4- CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E O DESAFIO DO GESTOR EDUCACIONAL

O presente capítulo faz uma breve apresentação sobre as condicionalidades (saúde, educação e assistência social) do Programa Bolsa-Família e os resultados obtidos através da pesquisa realizada nas escolas do Município de Mormaço sobre o desafio do Gestor Educacional frente às contrapartidas do Governo Federal. A escola tem o comprometimento com o conhecimento e a família de manter o aluno na escola. Visa a dar proteção integral a todo o grupo familiar e não apenas a alguns de seus membros. A proposta de estudos e coletas de dados, através de entrevista, com o Gestor do Programa Bolsa Família do Município de Mormaço. O público-alvo, às escolas municipais e a escola estadual (sendo que o município somente tem uma escola estadual).

4.1- Programa Bolsa-Família e os desafios frente à Gestão educacional no Município de Mormaço

O presente trabalho de pesquisa, realizado no Município de Mormaço, com uma população estimada de 2.800 habitantes, está situada na região do Alto da Serra do Botucaraí. A economia baseia-se, principalmente na atividade agrícola, através do cultivo de soja, trigo e milho. Conta em pequena escala com a criação de suínos, bovinos, ovinos e aves com produção de frangos de corte. Como o principal objetivo à questão da frequência escolar, quando foram entrevistados vinte crianças de cada escola e cinquenta pais e vinte professores e um gestor do programa bolsa família.

Gráfico I



| Município de Mormaço | |
|-----------------------------|-------|
| População | 2.800 |
| Beneficiários | 180 |
| cadastrados | 1000 |
| s/benefício | 820 |

O gráfico apresentado mostra a realidade do Município de Mormaço com uma população de 2.800 habitantes, sendo 180 beneficiários do Programa Bolsa Família, destes 1000 famílias estão cadastradas e sem benefício são 820 famílias sobrevivendo da agricultura.

A economia baseia-se, principalmente na atividade agrícola, através do cultivo de soja, trigo e milho. Conta em pequena escala, com a criação de suínos, bovinos, ovinos e aves, com produção de frangos de corte.

O município conta com as seguintes escolas: Escola Municipal Achilles Porto Alegre Filho, Escola Municipal José Rodrigues Cardoso, Escola Municipal Antonio Marchetti, Escola Municipal Antonio de Godoy Bueno e Escola Estadual Joaquim Gonçalves Ledo. Somente a escola Estadual se localiza na zona urbana as outras escolas estão situadas na zona rural.

A escola encontra-se organizada com a direção, professores e funcionários. A estrutura física compõe de prédios distribuídos em sala de aula, banheiros. Com pátio para a recreação dos alunos e atividades físicas.

Inicialmente, foi realizada a análise das aulas nas Escolas Municipais e Escola Estadual de Mormaço, a fim de identificar os trabalhos e metas das escolas, buscando possíveis pontos de ligação entre as escolas e o poder público.

A Secretária de Assistência Social do Município de Mormaço, responsável pela operacionalização do PBF, aponta algumas dificuldades aplicativo do CADÚNICO e no processo de cadastramento das famílias; verifica a dificuldade para atualização dos cadastros não sendo possível à geração de relatórios que promovam o cruzamento dos dados a nível local, e principalmente não há um retorno de informações quanto à situação das famílias cadastradas, ou seja, se foram incluídas ou não no PBF e as razões da não inclusão.

Gestor A³⁷ – Na Secretaria Municipal de Assistência Social, que atualmente realizamos os cadastros de beneficiários do PBF, realizamos projetos de geração de renda primeiramente com as mulheres através de artesanatos, produtos agrícolas que são vendidos na cidade de Mormaço. Através da secretaria de Assistência Social que é realizado o cadastramento e também a fiscalização das famílias beneficiárias.

“Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudança³⁸” Por isso, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, baseada em dados de natureza quanti-qualitativa, através da realização de coleta de dados por meio de entrevistas orientadas por formulários semi-estruturados e de questionários.

Para a realização do processo de coleta de dados foram utilizados a técnica de entrevista e três instrumentos, sendo dois formulários a orientação das entrevistas e um questionário. As entrevistas foram orientadas por um formulário do tipo semi-estruturado, com perguntas focadas ou temáticas, abertas e fechadas, previamente selecionadas para serem apresentadas aos respondentes³⁹. Entende-se como entrevista semiestruturada.

Os questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto

³⁷ Gestor A – Secretária Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Mormaço.

³⁸ IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

³⁹ GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.

de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante⁴⁰.

Como os professores motivam seus alunos e que recursos utilizam para isso, optou-se pelo método qualitativo, por que e para aplicar esse método utilizou técnicas de observação e entrevistas que evidenciam dados relevantes para a pesquisa. Para isso, foi realizado contato direto com os sujeitos que desenvolvem o processo ensino-aprendizagem e com o ambiente (escola e família) que os aprendentes interagem. Também serão coletados dados sociais e comportamentais dos agentes do processo educacional.

Professor A⁴¹ – Como professora a escola municipal ao receber os alunos, que na maioria das vezes são beneficiários do Programa Federal, atingem 85% de participação da aula, o que antes não acontecia quando não existia o programa porque na maioria das vezes os pais colocavam seus filhos para trabalhar para ajudar no sustento familiar, sendo obrigados a abandonar os estudos. Com professora realizo uma aula bem dinâmica para que o aluno se sinta atraído para aula e realmente vem a aprender.

Isto através de visita às escolas municipais para um levantamento detalhado de como estão sendo trabalhados à motivação da aprendizagem dentro das salas de aula, as dificuldades, os desafios e as expectativas tanto dos alunos quanto dos professores. Para a coleta de dados, foi utilizados a técnica da observação com o objetivo de conhecer como se dá o processo ensino aprendizagem e que meios os professores utilizam para motivar seus alunos. Além da observação, será utilizada a entrevista como maneira dirigida e guiada com perguntas pré-formuladas que permitam introduzir novas perguntas.

A observação e a entrevista semiestruturada em que foi utilizada a observação e na entrevista estruturada, utilizado um formulário, abordando os seguintes aspectos informações pessoais, como: nome, idade, sexo, nacionalidade, grau de escolaridade, profissão, estado civil e questionamentos. A observação é uma técnica que faz uso dos sentidos para a obtenção de determinados aspectos da

⁴⁰ TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

⁴¹ Professor A- Escola Municipal Achiles Porto Alegre Filho.

realidade, consiste em ver, ouvir os fatos ou fenômenos que se pretendem investigar.

Na observação e levantamento de dados na escola, analisados o vínculo entre professor e aluno, motivos alegados por ambos pela falta de motivação, a motivação do professor em relação ao trabalho e a metodologia de trabalho do professor, bem como a perspectiva de ambos para o futuro. Também será levado em conta o desempenho do professor e dos alunos em anos anteriores e o grau de prazer que sente pela aprendizagem e como profissional, para que não frequentem a escola apenas como uma condicionalidade do Programa Bolsa Família, mas uma forma prazerosa de aprendizado.

As ações desenvolvidas no Programa Bolsa-Família, para a articulação e a aproximação da família e a escola. Não apenas para as famílias como incentivo para o atendimento das condicionalidades da frequência escolar, mas que se torne uma prática prazerosa, pensando no futuro “profissional de cada criança e adolescente” para que se sintam valorizados.

Gestor A - Quando o benefício é bloqueado, o responsável, vem até a secretaria, na maioria das vezes ameaçando se meu benefício não for desbloqueado vou retirar meus filhos da aula. Ou seja, é uma das duras realidades que enfrentamos, pois analisamos que estas crianças participam das aulas de forma obrigatória e não para ter conhecimento na escola que existe pela família a falta de incentivo. O benefício bloqueado temos profissional assistente social para a fiscalização do que realmente esta acontecendo na família e porque o aluno não está frequentando a aula.

O Programa Bolsa-Família vem incentivar que a criança que estude, fazendo com que a família tenha que colocar a criança para estudar, sendo umas das exigências do programa federal é que a criança frequente a escola. Por isso o Governo Federal impôs como condicionalidade à frequência escolar, os pais acabariam recebendo o benefício e não colocariam seus filhos para trabalhar, sendo de certa forma obrigatória para conseguir o benefício “mandam seus filhos para estudar”.

Professor A – Os alunos ao ingressarem no sistema educacional, relatam suas histórias de vida, de pais alcoólatras, de famílias desestruradas e de violência sexual. O que deixa os professores em diversas vezes de mãos amarradas para garantir a proteção da criança. Ao observamos e ouvir as crianças contam que a única refeição que não maioria das vezes acontece é durante o período em que estão na escola. Através da escola incentivamos o máximo a criança, pois sabemos da dura realidade que enfrentam no seu dia-a-dia.

Ajudar os pais é a forma pela qual o educando se insere no mundo do trabalho precário, muitas vezes sem instrução na grande maioria. Por isso a escola vem a contribuir através do conhecimento sobre a realidade. A importância na escola do turno inverso na realização de oficinas de teatro, cursos profissionalizantes para que o educando possa se inserir no mercado de trabalho de forma formal.

Pai A⁴² – Se não estivesse este benefício que é uma miséria não colocaria meu filho para estudar, colocaria na lavoura para trabalhar porque eu nunca estudei e estudar não trás alimentação para a mesa. Se não mando meu filho para aula vem a Assistente Social e Conselho Tutelar para ver o que está acontecendo com ele.

A escola é transformadora da realidade, porém a escola vem a ser um direito de todos, como cidadão exerce direito para ter conhecimento e a alfabetização. O grande e importante processo de vida de cada criança, do adolescente e do adulto. A educação transmite ao aluno o conhecimento necessário em nível intelectual e também para a vida.

Gestor B – A escola vem para trabalhar como principal objetivo à alfabetização, mas também a questão de cultura que é trabalhada e aos poucos vai mudando a realidade de cada criança. Como Gestor da educação deveria ter projetos e programas de incentivos a estas famílias, para que saiam desta visão assistencialista que é realmente dependerem deste benefício para sobreviver.

⁴² Pai A- Pai de um aluno da escola municipal.

Uma das condicionalidades que está diretamente ligada à educação é a obrigatoriedade em manter seus filhos nas escolas e garantir o comprometimento dos pais nesse processo. Neste contexto a Política educacional atua na escola e na família. Percebe-se a importância do assistente social para desvelar as expressões da questão social como mediador e articulador das políticas de enfrentamento da questão social para efetivação e acesso aos direitos da população usuária.

Gestor B- Na Secretaria Municipal de Educação, é onde é transmitido ao Governo Federal a Frequência Escolar, atualmente temos poucos casos de crianças que não vão a escola pois a grande maioria frequentam a escola para receber benefício, o que diminuiu a evasão escolar devido a esta obrigatoriedade.

Portanto, essa solidariedade familiar só pode ser reivindicada se entender que a família, ela própria, carece de proteção para processar proteção. Assim, de acordo com Carvalho:

O potencial protetivo e relacional aportado pela família, em particular daquelas em situação de pobreza e exclusão, só são passíveis de otimização se ela própria recebe atenções básicas diversificadas que se complementam⁴³.

O Programa tem entre as suas propostas de inovações à proteção à família inteira, ao invés do indivíduo: Visa a dar proteção integral a todo o grupo familiar e não apenas a alguns de seus membros. Assim, o Bolsa Família considera todo o grupo familiar e junto com os recursos financeiros para a complementação da renda, vai estimular as famílias beneficiadas a frequentar e utilizar os serviços da rede pública de saúde, de educação, da assistência social, oferecendo apoio e oportunidades a todos os seus membros⁴⁴.

Nesta perspectiva, entendo necessária a efetivação da articulação do Programa Bolsa-Família, com as demais políticas sociais. Sujeitos socialmente vulneráveis, assim entende-se que há um esvaziamento da responsabilidade pública, com a conseqüente quebra de garantia de direito fazendo com que a população não a veja como direito e não como assistencialismo.

⁴³ CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O lugar da família na política social. In: FAMÍLIAS: aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: FUNDAP, 1998.

⁴⁴ IDEM.

Gestor A: Na secretaria em que atuo, trabalha-se com o modelo em que a família deixe de lado o assistencialismo e mas sim tenha a autonomia, pois a cada família que se consiga tirar esta visão é uma vitória. Se faz necessário que trabalhar com políticas públicas que os sujeitos se sintam valorizados e busquem outras formas de sustento não somente o benefício do governo.

Silveira⁴⁵ defendia que os beneficiários do programa não deveriam ser selecionados por critérios etários ou laborais. O programa deveria atender os indivíduos, com repasses financeiros diretamente a todos os pobres. O modelo apresentado é o Imposto de Renda Negativo e a “transferência seria proporcional à diferença entre o mínimo de isenção e a renda auferida pelo pobre”. A implantação deveria ser gradativa iniciando-se pelos mais idosos, sendo essa escolha justificada pelo autor não só por questões humanísticas, mas também pela ausência de impacto sobre o mercado de trabalho.

“A pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico⁴⁶”.

O trabalho como contrapartida da transferência de renda, visto como um direito e não como uma obrigação (o que implica que seja proposta e não imposta com base na aplicação de sanções). Já Lavinias⁴⁷ também considera que a “contrapartida condiciona o direito constitucional à assistência ao cumprimento de exigências” num contexto em que os potenciais beneficiários já estão em situação bastante vulnerável. Na sua visão, esse desenho de política se adequa perfeitamente ao “modelo contemporâneo de assistencialismo responsável”, onde as políticas públicas assistencialistas devem existir com condicionalidades, exigindo dos beneficiários compromissos e contrapartidas, tornando-se igualmente responsáveis pela superação das suas debilidades e dificuldades.

⁴⁵ SILVEIRA, Antonio Maria da. *Redistribuição de renda*. In: Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, abril/ junho, 1975.

⁴⁶ IDEM.

⁴⁷ LAVINAS, Lena. *Renda Mínima: práticas e viabilidade*. In: Novos Estudos CEBRAP, nº53, março de 1999.

(...) expressão politizada da desigualdade social inerente à constituição da sociedade burguesa. Sua emergência e visibilidade está organicamente vinculada a constituição da classe trabalhadora na medida em que, como sujeito-político coletivo, a pobreza, expondo a contradição que marca a relação capital/trabalho, presente no antagonismo entre as contradições em que ambas as classes se inserem no processo de produção e usufruto da riqueza socialmente produzida⁴⁸.

Ao construir uma análise pautada nessas considerações, Mota⁴⁹ possibilita-nos traçar um paralelo na reflexão acerca dos programas sociais governamentais atualmente em curso, a partir de seu ângulo de tratamento da “questão social”. É primordial destacar a produção cultural que envolve a constituição de tais programas, sob a ótica de uma determinada ordem política, social e econômica dominante no país.

Aluno A⁵⁰ - Meus pais me falam se não participar da aula não ter a frequência não vão receber o Bolso Família, precisamos deste benefício para sobreviver, pois somos agricultores mal temos para sobreviver.

Um dos desafios para os gestores é investir em formação continuada do professor; outro eixo importante é o da discussão do projeto político-pedagógico da escola⁵¹, a elaboração de projetos comuns de trabalho de cada área de interesse do professor, frente a desafios, problemas e necessidades de sua prática. É preciso formar-se para a cooperação. Como diz Francisco Imbernón⁵² a colaboração, mais que uma estratégia de gestão, é uma filosofia de trabalho. Os sistemas de ensino investem na formação individual (individualista) e competitiva do professor, quando o mais importante é a formação para um projeto comum de trabalho, a formação política do professor necessita de uma formação política para exercer com competência a sua profissão.

Gestor B- Um dos grandes desafios que enfrentamos é a falta de atualização profissional dos professores, pois se bem qualificados e capacitados dariam

⁴⁸ MOTA, Ana Elizabeth. O Serviço Social na Contemporaneidade: a questão social e as perspectivas políticas. Texto apresentado no XXIX. Encontro Nacional CFESS/ CRESS, Maceió, set, 2000.

⁴⁹ IDEM.

⁵⁰ Aluno A- da escola Estadual Joaquim Gonçalves Lêdo.

⁵¹ Op. cit., 81.

⁵² Op. cit., 90.

conta de mudar esta realidade, fazendo que o aluno se sinta valorizado e atraído para estudar , fazendo que mude esta realidade imposta pela família e é estudar, buscar qualificação profissional para a reinserção no mercado de trabalho.

As faltas às aulas foram reduzidas, a evasão escolar diminuiu. Esse é um resultado ao mesmo tempo intrigante e preocupante, que exige uma análise mais aprofundada por especialistas em educação, pois, ao menos intuitivamente, uma maior frequência às aulas deveria provocar, automaticamente, um melhor desempenho escolar. Este é um dos resultados que o aluno somente vai para escola para atender a condicionalidade do Programa Bolsa-Família, que é a frequência escolar, atingindo 85%.

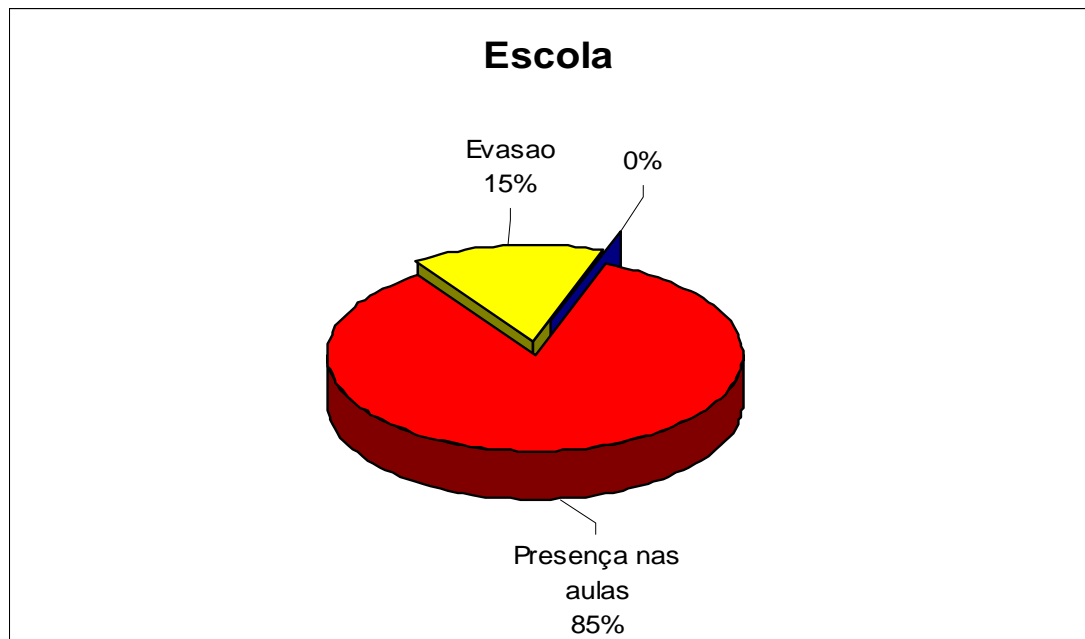
Gestor A: Através do PBF, vimos que muitas famílias não querem o trabalho formal, pois o mesmo consta como renda fazendo que a maioria das pessoas trabalhem na informalidade, tendo um círculo vicioso onde passa de geração para geração de beneficiários.

Gestor B⁵³: A maior dificuldade que temos é quando os professores chegam a Secretaria Municipal de Educação, que os alunos chegam desmotivados e que os próprios referem que vão a aula para atender a condicionalidade para que seus pais recebam o benefício.

Cabe ressaltar que no Município de Mormaço as escolas municipais e estadual, através de pesquisa realizada a grande frequência escolar, ou seja contrapartida esta que as famílias cumprem para receber seus benefícios mensalmente para que não bloqueie seu benefício recebido através da Caixa Econômica Federal que é do Governo Federal um dos Programas de Transferência de Renda.

⁵³ Gestor B- Secretaria Municipal de Educação Prefeitura Municipal de Mormaço.

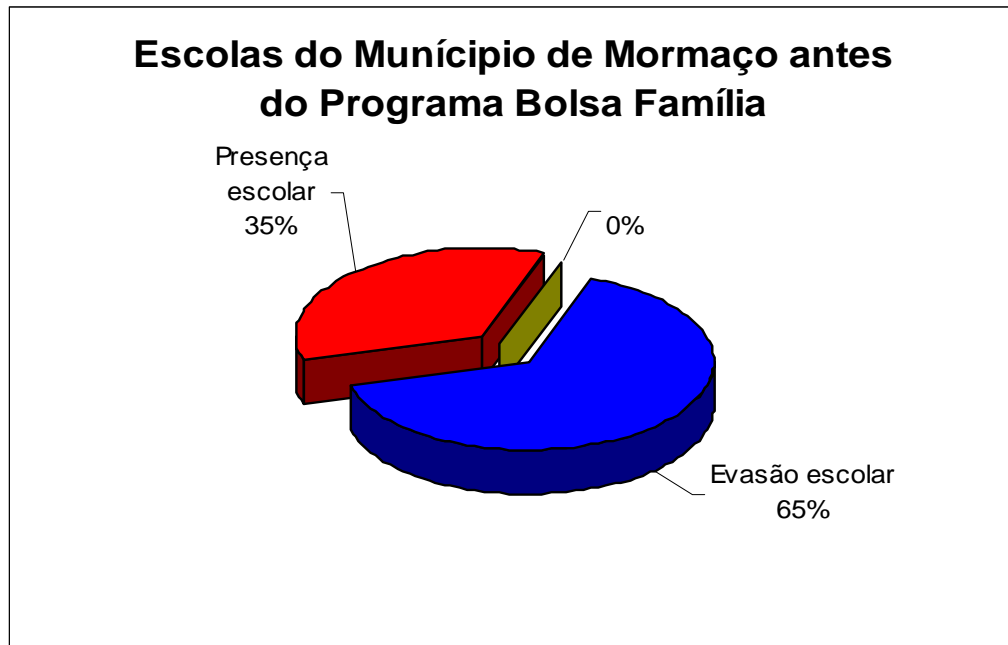
Gráfico II
Escolas no Município de Mormaço com o Programa Bolsa Família



| Escolas | |
|--------------------|----|
| Presença nas aulas | 85 |
| Evasão escolar | 15 |

O presente gráfico apresenta a realidade da evasão escolar no Município de Mormaço, pesquisa realizada na Secretaria Municipal de Educação que é responsável pela frequência escolar de 85% de presença sendo que temos uma outra realidade apresentada pelo gestor antes do programa bolsa família a evasão escolar conforme o gráfico apresenta a evasão escolar de 65% e 35% de presença escolar. Sendo que apresentamos no gráfico anterior com o implementação do programa federal de 85% de presença e 15% de evasão escolar. Cabe ressaltar que a evasão escolar diminuiu mas que a “notas dos alunos” o “fracasso escolar” aumentou.

Gráfico III



| Escolas | |
|------------------|----|
| Evasão escolar | 65 |
| Presença escolar | 35 |
| | |

A realidade das escolas do Município de Mormaço apresentam que as famílias beneficiárias do PBF (alunos) vão a escola para atingir as condicionalidades. No entanto é necessário que os Gestores trabalhem na motivação destas famílias através de empregos de geração e renda de políticas públicas concretas que vem a trabalhar diretamente com pias, alunos e professores para mudar esta realidade que está imposta.

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho foi apresentado o Programa Bolsa-Família. Para a realização do estudo, foi realizada, revisão bibliográfica, a análise da legislação pertinente e da documentação oficial, além de entrevistas semi-estruturadas com gestores Municipais de Mormaço, “Programa Bolsa-Familia e os Desafios Frente à Gestão Educacional”.

A educação é direito de todos e obrigação do Estado, ensino fundamental e médio. Com o Programa Bolsa-Família passa a responsabilidade da família a manter o aluno na escola e a dos pais é “mandar seus filhos para escola”.

Um dos pontos negativos do Programa Bolsa Família é que desestimularia a busca por emprego. “Através de relatos de muitas famílias, a realidade presente nos mostra que a “busca pelo emprego” acaba diminuindo devido a aumentar a renda familiar o que” faz com que percam o benefício”, acaba por desestimular as famílias a buscar um emprego, com medo de perder o benefício.

Outro fator negativo é a falta de interesse dos pais com relação à escola (estudar). Somente participam na escola quando são chamados por “problemas de seus filhos” ou comparecem na escola somente para matricularem seus filhos. A evasão escolar diminui, mas com relação à reprovação aumentou.

As famílias beneficiárias devem cumprir as condicionalidades do Programa Bolsa Família sendo elas: educação, saúde e assistência social. Para o presente estudo, mais detalhada é a frequência escolar, a maioria dos alunos frequentam a escola devido a ter a condicionalidade da frequência escolar, onde acabam “obrigatoriamente tendo que participar da aula, fazendo com que diminua a evasão escolar”.

Objetivo do Programa Bolsa-Família é manter o aluno na escola, a base fundamental é a família, quando foram analisados as Escolas do Município de Mormaço onde há falta de projetos sociais que visem a um trabalho integrado com a família.

As estruturas familiares fazem com que o aluno, bem alimentado, bem cuidado, tenha seu rendimento “melhor” e conseqüentemente obtenha maior aprendizado.

Bolsa-Família é um benefício mensal que vem às famílias pobres para de certa forma minimizar a miséria. A partir do momento em que as famílias não cumprem suas condicionalidades, o benefício é bloqueado.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva juntou os programas Bolsa Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação e o Auxílio-Gás e fez o Programa Bolsa-Família. As condicionalidades, que são regras, devem ser cumpridas pelas famílias para terem direito ao benefício. Os Programas de Renda mínima colaboram para minimizar a pobreza, mas não conseguem combatê-la.

O Presidente Lula ampliou mais recursos para a família através do Programa Bolsa-Família. No entanto, podemos observar que o Programa Bolsa-Família é um ótimo Programa Federal, que deverá ser ampliado, principalmente com turnos inversos ao horário escolar, com cursos profissionalizantes. Para que os alunos saiam da escola com profissão, prontos para o mercado de trabalho, para que não somente precisem sobreviver de programas sociais e assistencialistas. Eis o grande desafio aos gestores educacionais: romperem com esse paradigma de nossa realidade diária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, P. P. **Autogestão**. In A. D. Cattani (Org.). A outra economia (pp. 20-26). Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ANTUNES, Ângela. **A leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade**. São Paulo, FE-USP, 2002 (Tese de Doutorado).

BARBOSA, Jane R. A. **Administração pública e a escola cidadã**. ANPAE. Porto Alegre, v.15,n.2,p. 217-226, julho/dezembro, 1999.

BARROS, Ricardo P., HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. IN: Publicações do IPEA. Rio de Janeiro, dezembro de 2002.

BONILLA, Maria Helena Silveir. **Escola aprendente: para além da sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cidadania**. Revista Educação Cidadã – SEC, Porto Alegre, n. 2, p. 63-74, 2002.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. **Promulgada em 5 de outubro de 1988. atualizada até a emenda Constitucional n.38, de 12-06-2002, acompanhada de novas notas remissivas e dos textos integrais das Emendas Constitucionais e das Emendas Constitucionais da Revisão: 30 edição, atualizada e ampliada**. São Paulo: Saraiva, 2002

_____. <http://www.fomezero.gov.br>. **Bolsa Família – Perguntas e respostas**. Brasília, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS: Construindo as Bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2005.

____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O Programa Bolsa Família – PBF. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acessado em: 16 jun. 2008.

BRONZO, C.; VEIGA, L. **Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 28, n. 92, nov. 2007.

BRASÍLIA. **Fome Zero reduz déficit social**. Em questão – entrevista (Patrus Ananias-Ministro do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome). Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República. Julho, 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **O lugar da família na política social**. In: **FAMÍLIAS: aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos**. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: FUNDAP, 1998.

CONSTITUIÇÃO. **República Federativa do Brasil. 1988**. Ministério da Educação. Brasília. Jan. de 1989.

CORESÃO, Luiza. **Ser professor: um ofício em riscos de extinção**. São Paulo, Cortez, IPF, 2002.

CHALITA, Gabriel . **Educação a solução está no afeto**. Gabriel Chalita. São Paulo: Editora Gente, 2004 revista atualizada.

CRESPO, P. A., GUROVITZ, E. A pobreza como fenômeno multidimensional. RAE eletrônica, v. 2, v.13, p. 49. julho- dezembro, 2002.

DEMO, Pedro. **Política social do conhecimento: sobre futuros do combate à pobreza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

DELORS, Jacques. **A educação para o século XXI questões e perspectivas**. UNESCO. Porto Alegre/ RS: Artmed, 2005.

DEROUET, J. L. **Les établissements scolaires dans leur environnement: une entreprise composite, Coherence et. Dynamique des etablissements scolaires: etudes sociologiques**, Actes du colloque de Tours, 25-26 avril 1989.

DOURADO, Luiz Fernández. **A escolha dos dirigentes escolares: políticas de gestão da educação no Brasil**. In: FERREIRA, Naura Syria C. Sao Paulo: Cortez, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro; Editorial Vitória Limitada, 1964.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarina (Paraguaçu) Filipinas, Madalenas, Anãs, Genebras, Apolonias e Gracias até os Severinos**. São Paulo: Cortez, 1993.

GATHER THURLER, M. **Inovar no interior da escola**. Porto Alegre, Artmed, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

IAMAMOTTO, Marilda. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 14^o edição – Esboço de uma interpretação histórico metodológica , 2001).

_____, Marilda. **Serviço Social na Contemporaneidade, trabalho e formação profissional**. 6^o edição , 2005.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo, Cortez, 2000.

LAVINAS, Lena. **Renda Mínima: práticas e viabilidade**. In: Novos Estudos CEBRAP, nº53, março de 1999.

LEI Nº 10.836/2004. Presidência da República. Programa Bolsa Família.

LEI Nº 8.069.1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

LEI Nº 8.742/93. Lei Orgânica da Assistência Social

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

_____, J. C. **Adeus professor, adeus professora: novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 2001.

MATURANA, H. R. **Uma abordagem da educação atual na perspectiva da biologia do conhecimento** in: Emoções e linguagem na educação e na Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **A centralidade da família na política de Assistência social: contribuições para o debate**. In: Revista de políticas Públicas. Unidade de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, v.8, n. 1 (2004) – São Luís: EDUFMA, 2004-12-01.

MOTA, Ana Elizabeth. **O Serviço Social na Contemporaneidade: a questão social e as perspectivas políticas**. Texto apresentado no XXIX. Encontro Nacional CFESS/ CRESS, Maceió, set, 2000.

PRATES, Jane Cruz. **O Método e o Potencial Interventivo e Político da Pesquisa Social**. In: Temporalis, Recife: ABEPSS/Ed. Universitária da UFPE, ano V, nº. 9, p. 131-146, jan. – jun. 2005.

_____, C.A. **Mensuração da pobreza: o dedo na ferida**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.4,n.2, p.59-63, 1990

SANTOS, Boaventura de Sousa. **VI Congresso Brasileiro de Sociologia**. 4 a 6 set. 1995. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 34. Ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; vol. 5).

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **A Política Pública de Renda Mínima no Brasil: perfil e tendências**. Texto mimeo. São Luís: 2002.

_____, Maria Ozanira da Silva e. **Renda mínima e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____, Maria Ozanira da Silva e. YAZBEK, Maria Carmelita. GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVEIRA, Antonio Maria da. **Redistribuição de renda**. In: Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, abril/ junho, 1975.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. **Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, nº. 55, p. 9-38, nov. 1997.

URANI, A. **Crescer não basta**. Revista Sebrae. Rio de Janeiro, n. 1, 2009.

TELLES, V. **Pobreza e Cidadania: duas categorias antinômicas. Mínimos de cidadania; ações afirmativas de enfrentamento à exclusão.** Cadernos do Núcleo Social Seguridade e Assistência Social, São Paulo, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WERNECK, Hamilton. **A nota prende a sabedoria liberta.** 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ANEXOS

Anexo 01 - Procedimentos metodológicos

A pesquisa de campo foi realizada como estudo descritivo, a partir de entrevista com gestores das Escolas Municipais selecionadas para o estudo, contendo algumas questões norteadoras de resposta aberta sobre educação cooperativa e competitiva e a visão dos gestores sobre os modelos educacionais.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados para o alcance dos objetivos propostos, a referida pesquisa de campo buscou, através de questionário semi-estruturado revelar a caracterização de cooperar e competir, o modelo trabalhado, o ambiente escolar e as iniciativas/propostas pelos gestores e sua aceitação pela comunidade escolar.

Neste trabalho acadêmico foram entrevistados seis gestores escolares e um gestor municipal (Secretária de Educação) que fazem parte da Rede de Ensino Municipal de Mormaço.

O universo compreendeu as escolas da Rede Municipal do Município de Mormaço no total de 06 escolas, sendo 02 localizadas na zona urbana e 04 na zona rural, onde foi entrevistado um gestor por escola e o gestor Municipal este último Secretária de Educação, responsável por todas em gerir os demais.

Os dados desta pesquisa foram coletados na perspectiva dos dados primários. O instrumento de coleta foi um questionário para entrevista e posterior análise do discurso observado confrontado, com literatura pertinente.

Os dados desta pesquisa foram interpretados conforme a abordagem qualitativa de construção de conhecimento.

Anexo 02- Procedimentos metodológicos

A pesquisa de campo foi realizada como estudo descritivo, a partir de entrevista com gestores das Escolas Municipais selecionadas para o estudo do Programa Bolsa-Família e os Desafios frente à gestão educacional.

Os dados desta pesquisa foram coletados na perspectiva dos dados primários. O instrumento de coleta foi um questionário para entrevista e posterior análise do discurso observado, confrontado com literatura pertinente.

Os dados desta pesquisa foram interpretados conforme a abordagem qualitativa de construção de conhecimento.

Anexo 03 – Carta de apresentação do questionário

Caro Gestor:

Solicito a Vossa Senhoria a gentileza do preenchimento do questionário em anexo, referente à pesquisa: “O Programa Bolsa-Família e os Desafios frente à Gestão Educacional”,

Os dados coletados servirão como base de estudo para o trabalho de conclusão do Curso de Pós-graduação à distância - Especialização *lato-sensu* em Gestão Educacional pela UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, sob a orientação do professor João Luiz Pereira Ourique,.

Sua colaboração é de extrema importância para os resultados finais desta pesquisa.

Desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,

Joseandra Sanderson da Cruz

Tio Hugo, outubro de 2010.

Questionário para entrevista com gestores

O presente questionário é parte integrante dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa “O Programa Bolsa Família e os Desafios frente à Gestão Educacional”. Tem como objetivo identificar as condicionalidades do Programa Bolsa sendo a frequência escolar. Se os alunos vão por prazer ou por responsabilidade para ter a frequência escolar, para seus pais serem beneficiados.

. Esta pesquisa realizada sob a orientação do professor João Luiz Pereira Ourique, do Curso de Pós-graduação a distância - Especialização *lato-sensu* em Gestão Educacional pela UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. Fica resguardada a identidade do respondente da referida entrevista sendo desnecessário o nome ou algo que o identifique. As respostas aqui contidas serão utilizadas para a análise da referida pesquisa. Desde já agradecemos a sua participação.

Joseandra Sanderson da Cruz (orientada)

João Luiz Pereira Ourique (orientador)

Questionário 01

01: Na sua opinião, o Programa Bolsa Família veio diminuir a pobreza em seu município?

02: Sobre as condicionalidades como a frequência escolar, os alunos vão à escola por prazer ou simplesmente para cumprirem as condicionalidades da educação?

03: Quais os projetos realizados para o enfrentamento da pobreza e ações/projetos realizados através do Programa Bolsa-Família?

04: Você acha que suas propostas são bem recebidas pela escola/professores? E pelos alunos? E pela comunidade do Programa Bolsa Família?

Questionário 02

1. Data: |__|__|____|
 2. Local da entrevista: _____
 3. Você é Beneficiário do Bolsa-Família? |__| Sim |__| Não
 4. Sexo: |__| F |__| M 5. Idade: _____
 6. Escolaridade
 Analfabeta Alfabetizada
 1º a 5º série 6º a 8º série
 2º grau incompleto 2º grau completo
 3º grau incompleto 3º grau completo
 curso técnico/profissionalizante
 7. Ano de inserção no Bolsa-Família: _200__

 8. Nº de membros da família: _____
 9. Nº de crianças _____
 10. Nº Adolescentes _____
 11. Nº Jovens e Adultos _____
 12. Nº Idosos _____
 13. Nº PCDs _____
 14. Dependentes devido doenças graves

 15. Qual a renda familiar sem o benefício? R\$ _____

 - 15 Valor do benefício recebido: R\$ _____
- Sobre o PBF**
16. O que o PBF proporcionou para sua família?

 17. Você acha que sem o benefício, você conseguiria isso?

 18. Você ou alguém de sua família participa de algum grupo, reunião, curso ou Atendimento que esteja vinculado com o programa?

19. A partir de sua inserção no bolsa-família o que mudou?(melhorou/piorou)

A) saúde? B) educação? C) moradia? D) alimentação?

E) convívio social? F) relações familiares? G) o trabalho/emprego?

H) o lazer? I) a situações de risco? J) outros?

20. O que poderia ser melhor? (listar)

21. Como é possível melhorar isso? De que forma? (sugestões)

22. Quais?

23- Os filhos vão à escola somente para atender a condicionalidade ou para ter conhecimento?